

OS POSSEIROS DA FAZENDA PRIMAVERA: UM OLHAR POLITICO PARA SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA

*ALEXANDRE, Helio Carlos**

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a questão da terra no Brasil, a reforma agrária e a luta dos posseiros da fazenda Primavera a partir do ano de 1930 até 2000, em vista de suas formas de resistência. No primeiro momento faremos uma análise de bibliografias junto aos teóricos que discutem a questão agrária, para a seguir adentrar ao problema de pesquisa.

Como fontes iremos ao IAJES- Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor, da cidade de Andradina, no estado de São Paulo, onde sua vasta documentação encontra-se no Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”, na UFMS/CPTL.

Algumas considerações sobre a questão agrária no Brasil

Discorrendo sobre a questão da terra no Brasil, no século XIX, Martins nos remete a compreender que:

Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de Sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo ter-se-ia multiplicando o numero de posseiros em todo o país. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que o não fosse o de compra. (MARTINS, 1981, p.42)

Nessa mesma linha de pensamento, é possível compreender o porque o governo adotara essas medidas. O governo com a Lei de Terras, procurava evitar que os camponeses se deslocassem para as áreas de terras devolutas, e ali constituíssem suas posses. Também naquele momento histórico já era previsível o fim da escravidão, com a “Lei Eusébio de Queirós”, sancionada no ano de 1850, proibindo o trafico negreiro.

Para tanto, segundo Martins, “era preciso que a terra estivesse aprisionada”(MARTINS 1981, p.13), evitando assim que houvesse uma evasão de mão de obra livre para as terras devolutas. É possível perceber que a intenção do governo, era manter essa mão de obra livre, constituída por camponeses nativos, escravos livres, e imigrantes, no sentido de favorecer o grande latifúndio, no caso usineiros e cafeicultores.

* Acadêmico do 5º semestre do curso de História da UMFS/CPTL, voluntário de iniciação científica, PIBIC 2009-2010.

No entanto, a terra no século XIX, semelhante ao que acontecera por toda a América Portuguesa, estava nas mãos das elites e não dos menos favorecidos. No século XX, precisamente até a década de 1950 também não fora diferente. A velha República atrelava-se aos interesses dos grandes latifúndios, com suas grandes plantações de café na região Sudeste, enquanto que no Nordeste continuava a monocultura da cana de açúcar em grandes proporções nas mãos de poucos.

Com essa política de apoio as grandes propriedades, havia, por parte do governo, cada vez mais certo protecionismo com as oligarquias. Enquanto do outro lado aumentava-se a mão de obra em grandes proporções, e cada vez mais essa era desvalorizada. Não suportando mais serem explorados, esses sujeitos começam a se articular criando um movimento de lutas no sentido de adquirirem um pedaço de terra, para nela fixar-se e ao mesmo tempo retirarem sua sobrevivência. Nesse sentido, segundo Martins, surgem as Ligas Camponesas no estado de Pernambuco.

É nessa situação mais recente de expulsão de foneiros que surgem as lutas camponesas de 1955. É na situação mais recente de restrições de roça do morador da usina, de aumento dos dias de serviço que deve oferecer á usina, para permanecer na terra, de conversão em assalariado, que surgem os sindicatos pouco depois.(MARTINS, 1981,p.66).

Tão logo começa o movimento das Ligas Camponesas no Nordeste, no ano de 1955, onde moradores de usinas eram submetidos a trabalharem cada vez mais ganhando menos. As Ligas Camponesas foram, sem dúvida, um movimento que libertaria esses sujeitos, de certa forma, das mãos dos exploradores, no caso, dos usineiros. Nessa mesma época o estado de São Paulo entra em crise com o café, onde muitos moradores na condição de colonos tornam-se desempregados.

Esses sujeitos são expulsos das fazendas e vão engrossar um contingente de trabalhadores volantes nas cidades, os chamados bóias-frias. O desemprego na cidade, a falta de opção, entre outras questões, levam esses sujeitos a repensarem a questão da terra, como forma de sobrevivência. Desse modo, surgem vários movimentos na luta pela terra no Brasil.

Dentre esses, destacamos; as Ligas Camponesas em Pernambuco, a Revolta de Trombas e Formoso em Goiás, a revolta de Porecatu, no Paraná, e os vários conflitos de camponeses e fazendeiros em Santa fé do Sul, no estado de São Paulo. Esses movimentos de lutas pela terra surgiram na década de 1950 e permanecem até os dias de hoje representados pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Mediante as histórias e as experiências de luta pela terra desses movimentos¹, que opunham de um lado o fazendeiro e do outro os sem terras na condição de posseiros, nos propomos a pesquisar o caso da Fazenda Primavera, situada no estado de São Paulo, entre os municípios de

¹ Sobre a história da luta pela terra no Brasil, ver: ALMEIDA (2003), BORGES (1996, 2004), CASTRO (1998), D'INCAO E ROY (1999), COSTA (1993), D'AQUINO (1996), FERNANDES (1994), FERNANDES (1985), FERRANTE (1994), GARCIA JR (1975), HEREDIA (1979), MAGALHÃES (1996), MORAES SILVA (2001), entre outros.

Andradina, Castilho e Nova Independência.

A resistência dos posseiros da Fazenda Primavera

Procurando entender a luta e a resistência dos posseiros da referida fazenda, foram realizadas leituras sobre a questão agrária brasileira e a história regional. Também foram produzidas entrevistas orais no trabalho de campo, por meio da metodologia da história oral². Assim, buscamos compreender a luta dos posseiros da fazenda Primavera e, ao mesmo tempo, entender como os homens, mulheres e jovens agiram como sujeitos nessa história, indagando quais as suas práticas e o modo de ver e vivenciar a luta para a conquista da terra.

O trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido busca compreender como foi e está sendo vivenciada a luta dos posseiros da Fazenda Primavera entre os anos de 1930 a 2000. O nosso objetivo é construir um trabalho que possa ser reflexivo e crítico, mesmo porque indiretamente fizemos parte daquela luta.

Após uma discussão historiográfica, cabe fazer uma explanação sobre o que é a Fazenda Primavera. Logo temos uma fonte que nos informa a respeito da mesma.

É uma extensa gleba indivisa da antiga Fazenda Ribeirão do Moinho, no município de Castilho, atualmente conhecida como Fazenda Primavera. Todos confirmam que aquela fazenda possui 9000 alqueires. Há uns 80 proprietários de títulos de posse que passam ter direito as partes daquela terra.(Primavera, 27/02/85, mimeo)³

A fazenda Primavera foi palco de muitas disputas judiciais, envolvendo, de um lado os arrendatários, e do outro as pessoas que se diziam donas daquelas terras. Nos conta uma fonte do IAJES que, em 1941, deu-se o primeiro processo judicial, aberto por João Domingues da Silva, reivindicando parte dessas terras, mas, em 1943, foi suspenso o andamento do processo porque os custos seriam elevados demais.

Diante de várias disputas, em 1944 o fazendeiro J.J. Abdalla registrou 4000 alqueires em seu nome⁴. Desde então se iniciava a disputa entre os posseiros e o fazendeiro, pois a intenção de Abdalla era a expulsão dos mesmos. Assim, como observa este documento, esta área de dimensão até então desconhecida e ocupada sem critérios definidos estava entregue aos poucos latifundiários que queriam explorá-la, colocando seus próprios marcos de divisa⁵.

Na área, conforme informação do IAJES, viviam aproximadamente 300 famílias desde o ano de 1937, como arrendatários, quando ali se estabeleceram. A partir dos anos de 1940, ao se recusarem a deixar as terras arrendadas no tempo determinado pelos contratos, começaram a sofrer

² Quanto a metodologia da história oral, ver: AMADO (1993 e 1995), MONTENEGRO (1993), MALATIAN (1996), NEVES (2000), entre outros.

³ Folheto "Fazenda Primavera"-IAJES,27/02/85.

⁴ Folheto produzido pelo Instituto Jesus Bom Pastor, sem título, p.2 /27/02/85.

⁵ Folheto do Instituto Jesus Bom Pastor, sem título p.1 /05/01/85.

ameaças de despejo pelos fazendeiros. Esses homens e mulheres resistiram, e conforme iam derrubando o mato, demonstravam, nos parece, certa resistência em permanecer na terra. Surge nesse momento a figura do posseiro.

Nos anos de 1960, houve por parte de fazendeiros da região, um movimento no sentido de expulsar arrendatários de outras fazendas. Sobre essa questão, cabe observar a fazenda Cafeeira, no município de Castilho, estado de São Paulo, quando o fazendeiro tentou expulsar 23 famílias de arrendatários.

Essas famílias fizeram passeata em Andradina (SP), buscando obter apoio da sociedade. Pelo contato com as fontes é possível perceber que nesse movimento também houve uma participação dos posseiros da Fazenda Primavera, demonstrando suas dificuldades de permanecer naquela fazenda, pois já sofriam constantes ameaças de despejo. Interessa-nos, então, na pesquisa, compreender também como se deu esse movimento.

Diante desses fatos, parte da igreja Católica reconheceu a luta dos camponeses e deu-lhes apoio. Cabe indagar até que ponto e de que forma esse apoio foi consolidado. Sobre essa questão, encontramos uma fonte que apresenta indícios de como fora se dando esses primeiros contatos:

Através dos constantes contatos com o movimento pastoral, cada dia a Igreja foi sentindo o sofrimento, as angústias e inseguranças daquelas famílias que ali moravam a dezenas de anos, mesmo os mais novos, vivem num estado permanente de pobreza, a maioria das casas de pau-a-pique sem o mínimo conforto necessário. Além das dificuldades do cultivo da terra enfrentam ainda dificuldades pela falta de segurança sobre o futuro. Há constantes ameaças de despejo que às vezes se concretizam. Existe um clima de medo e tensão que já foi responsável por 03 homicídios ainda não esclarecidos. Devido a toda essa situação muitas famílias foram abandonando aquela terra, com o passar do tempo, e assim o número de famílias se reduziu de 600 a 300 aproximadamente⁶.

Para refletir sobre a situação da Igreja Católica e a Igreja Luterana, diante da questão agrária no sentido de orientar os camponeses, apoiá-los e encaminhá-los para ocuparem seus espaços, pode-se assinalar, segundo Martins, que:

Nesta mesma linha de raciocínio gostaria de mencionar uma outra grande mudança a esses modos políticos, com que trabalhadores rurais tiveram um papel importante. Refiro-me a Igreja Católica, não deixando de considerar que a Igreja Luterana foi alcançada pela ação de trabalhadores rurais nas áreas de influência (MARTINS, 1993, p.73).

Não podemos negar a interferência da Igreja Católica de Andradina junto aos posseiros da Fazenda Primavera, que nesse processo de luta fora de suma importância. Por meio de um documento intitulado “Apelo dos Posseiros⁷” produzido pelos padres das paróquias de Andradina, e dirigido a comunidade local, percebemos muito desse apoio por meio das passeatas e trabalhos

6 (IAJES) Instituto Jesus Bom Pastor, folheto, sem título e não datado.

7 Folheto IAJES - “Apelo dos Posseiros”- 27/02/1985.

pastorais:

Já desde 1963, a igreja vem trabalhando mais de perto junto aos lavradores da fazenda Primavera. Em 1963 a igreja apoiou e colocou-se ao lado de agricultores na passeata que fizeram em Andradina, como protesto contra o despejo de vinte e três famílias da Fazenda Cafeeira, e o ameasse de despejo na fazenda Primavera.(...) Na busca de solução os lavradores já foram até Brasília, já procuraram o INCRA, e estiveram em vários advogados. Mas ninguém estava disposto a assumir a sorte dos posseiros desprotegidos. No início de 1978 a equipe da pastoral da Terra de Andradina foi buscar orientação no CPT(Comissão Pastoral da Terra). Isto resultou também na procura do advogado Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh que se colocou a disposição e esta dando assistência jurídica aos posseiros. (IAJES, 27/02/1985)

Estamos querendo entender como se dava a organização dos posseiros no sentido de encaminhar as ações de luta e manter as despesas referente as viagens, despesas judiciais e outras. Na análise de documentos, logo descobrimos que os posseiros mantinham suas despesas por meio de uma caixinha onde era estipulada a cobrança de uma taxa de 5 cruzeiros por alqueire de terra aqueles que nelas trabalhavam.

A Comissão de Justiça e Paz da diocese e a pastoral das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's de Andradina , colaboraram com a quantia de 5000 mil cruzeiros. Até mesmo as paróquias de Andradina ajudaram desde o início fornecendo carro, gasolina e telefones.

Era comum nas missas alguns párocos fazerem apelos, no sentido de angariar algum dinheiro para a referida luta como no exemplo de um padre chamado Eurides que chegou a conclamar ajuda em outras regiões onde as paróquias pertenciam a mesma diocese. Em sua fala: “(...) solicitamos as comunidades e agricultores de outras regiões da nossa Diocese que escrevam aos seus irmãos da Fazenda Primavera, animando-os e confortando-os na sua luta.”(Primavera,1985)⁸.

Encontra-se também entre os documentos fornecidos pelo IAJES informações que nos dão conta da situação referente as muitas pressões feitas pelos seguranças de J.J.Abdalla sob os posseiros. Narram esses documentos que era comum, para prejudicar os posseiros, a solta de gado em suas lavouras, principalmente quando a colheita estava próxima. Até mesmo policiais de Andradina eram convocados pelo fazendeiro para amedrontar os posseiros, no sentido de que os mesmos se intimidassem e fossem embora deixando suas posses e abandonando a luta.

A situação dos posseiros da Fazenda Primavera não era diferente do que acontecia em outros lugares. Segundo Martins “o posseiro fazia a tarefa de limpar a área e, em seguida, ele era expulso”. (MARTINS, 1985, p.67).

Frente a essas questões, importa-nos reconstruir o processo de lutas dos posseiros da referida fazenda, indagando até quando perduraram as suas resistências e de que modo os homens, mulheres, jovens e crianças contribuíram para que a luta se edificasse até a conquista da terra.

8 Folheto “Primavera”, 27/02/1985,sem título- mimeo)

Analisando a luta dos posseiros da fazenda Primavera, é possível perceber que ela se confunde com tantas outras, no que diz respeito a luta pela terra. É uma busca incessante onde homens e mulheres, na procura de seus espaços, muitas vezes não são compreendidos em suas particularidades, e quando conseguem esse objetivo, no mínimo suas vidas tomam rumos diferentes, como afirma Martins: “A cultura dos pobres do campo nasce no espaço produzido pelo rompimento das vivências da dependência”. (MARTINS, 1989,p.21)

Pelo que se compreende de algumas fontes analisadas é possível perceber que a resistência dos posseiros da Fazenda Primavera foi impressionante, pois desde os meados do século XX, eles lutaram para permanecer na terra e, conseqüentemente, conquistar a mesma. Como se não bastasse, havia 80 posseiros de outras localidades que tinham títulos, e que também se diziam donos daquelas terras.⁹

Era uma luta árdua, contra várias barreiras a serem derrubadas. Naquela época os órgãos públicos não lhes davam apoio, conforme nos informam as fontes¹⁰, pelo contrário, a policia os coagia em nome da ordem ou a mando do fazendeiro. Aos posseiros muitas vezes era negado o direito de ir e vir, pois as porteiras eram fechadas por jagunços, e suas lavouras invadidas com o gado do fazendeiro.

Pressupomos que isto criava um clima de terror, fazendo com que alguns posseiros não resistissem e abandonassem a luta. Nessa mesma linha de pensamento, Andrade ao estudar a questão agrária brasileira afirma que:

Uma forma muito usada pelos latifundiários era soltar o gado nas plantações dos produtores, quando se aproximava a colheita, provocando a ruína deles. O pequeno produtor não tendo a quem recorrer para pedir providência, uma vez que os grandes proprietários tinham o controle do poder político-administrativo. Quando os moradores ensaiavam alguma resistência, jagunços eram utilizados para expulsa-los ou assassina-los (ANDRADE, 1991, p.40).

Conforme nos informa uma fonte do IAJES¹¹, no dia 08 de julho de 1980, acontece a desapropriação de toda área da Fazenda Primavera, pelo então presidente da republica João Figueiredo, conforme noticiara o jornal O Estado de São Paulo:

A pesquisa em desenvolvimento, tem como objetivo fazer uma análise histórica e critica, procurando entender como se deram as formas de resistência dos referidos posseiros, por meio de seu histórico de vida.

Para tanto, estamos ainda buscando a compreensão dessas resistências utilizando-nos de entrevistas orais, como a feita por pesquisadores da Universidade de São Paulo - USP, em parceria com o ITESP. Nesse trabalho foram realizadas entrevistas coma a do morador da

9 Folheto, Instituto Jesus Bom Pastor, sem título, p.2 /27/02/85.

10 (IAJES) Instituto Jesus Bom Pastor, folheto. sem título. não datado.

11 IAJES- documento sem título, n. 251, 10/04/1984, p.12,

Primavera, Valdecir Rodrigues de Oliveira, em janeiro de 2002¹². Ele inicia sua fala com uma breve definição daquilo que é a Fazenda primavera, diz que “O projeto primavera existe a mais de três décadas. Nele foram assentadas 342 famílias, dentre as quais 210 resistiram as intempéries a elas imputadas, principalmente quando contrariavam financiamentos em sistema de credito junto ao Banco do Brasil. (ITESP, 27/01/2002, impresso)

Nos relatos de Valdecir, logo percebemos o quanto foi difícil fazer parte dessa luta. Em suas palavras, foi uma “prova de fogo de vida ou morte”. Valdecir foi o primeiro presidente eleito para presidir a associação dos moradores da Fazenda Primavera.

Era a associação um elo entre os posseiros e o INCRA. Seu trabalho, como se depreende da entrevista, estava direcionando à defesa dos assentados, procurando alternativas no sentido de melhorar a vida dos mesmos.

Valdecir afirma na entrevista que o projeto da Fazenda Primavera “foi feito para não dar certo”, pois, ao longo de 15 anos os posseiros da fazenda Primavera não receberam assistência técnica e financeira por parte do governo. Na sua opinião o projeto fora forjado apenas para resolver o conflito que já dava sinais de muitas revoltas entre os posseiros da Fazenda Primavera.

Nessa mesma linha de pensamento, Martins discorrendo sobre a questão da luta pela terra, e o estatuto da terra. Destaca este que entre outras que o estatuto da terra afirmava que o governo só desapropriava terras onde existiam conflitos:

[...] o estatuto da terra, de fins de 1964, abre caminho para que o governo Federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e surtos de inquietação camponesa: O estatuto da terra abre a possibilidade de uma reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo que desconta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional. O governo militar poderá, assim a partir de então, controlar duas tendências aparentemente contraditória em favor da Primavera: de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; de outro lado, uma política de distribuição de terras nos lugares em que as tensões sociais possam ser definidas como um perigo á segurança nacional, isto é a estabilidade do regime militar. (MARTINS, 1981, p.31).

Nesse aspecto é possível perceber que a luta pela terra dos posseiros da Fazenda Primavera não foi fácil, haja vista que opunha de um lado os interesses dos posseiros, de outro o latifundiário, que, de certa forma, tinha a proteção do governo.

Segundo Valdecir, tais conflitos se tornaram agudos, dando sinais claros na Fazenda Primavera por meio de três homicídios, dentre os quais o de um grande companheiro do entrevistado por nome Adalberto.

Este fora um dos primeiros a enfrentar o fazendeiro Abdalla. Como narra a entrevista, quando em suas idas a Brasília, Adalberto procurava informar-se a respeito da referida fazenda, e

12 Cartilha ITESP-USP, 27/02/2002.

logo constatou que a mesma tinha documentação duvidosa. Ao informar a condição da fazenda aos seus companheiros logo foi assassinado por jagunços à mando de Abdalla.

A morte de Adalberto foi o estopim para o acirramento da luta que opunha o fazendeiro com seus jagunços e os posseiros na busca pelo direito de permanecer na terra, na medida que o tempo passava os posseiros da Fazenda Primavera eram cada vez mais coagidos pelos jagunços de Abdalla.

Até o presente momento, nossa pesquisa nos leva a perceber que, de fato, a luta foi árdua por parte daquela gente que resistia e ainda resiste não só em lutas conflituosas, mas também face ao sistema capitalista que cada vez mais oprime os menos favorecidos, no caso o pequeno agricultor.

Quando Valdecir nos afirmava que o projeto compunha-se de apenas 210 famílias, logo algo nisso nos incomodou, e tão logo procuramos saber o que tinha acontecido com o restante das famílias que somavam cerca de 132.

Segundo o entrevistados, essas famílias foram “vítimas do sistema financeiro daquela época”, ao contraírem financiamentos, e ao não terem experiências sobre como manusear o dinheiro fornecido pelo banco cujos juros chegavam a cerca de 80 % ao mês, naquela época. Somando-se a ausência da assistência técnica, faltando também meios de produção.

Dessa forma compreendemos que a junção desses fatores contribuiu para que essas famílias perdessem os seus lotes para os credores. Para as famílias que resistiram por um longo período na luta pela terra, enfrentando conflitos, já não era possível resistirem ao sistema, que rapidamente os alijou do sonho de possuírem um pedaço de terra para sua subsistência. Diante disso daí então supomos que o projeto Primavera, ao ter-se iniciado com 342 famílias, hoje conta com apenas 210.

Pelas pesquisas feitas até o presente momento é possível dizer que o Projeto Primavera foi um grande marco na região do estado de São Paulo, sendo um projeto pioneiro, que deu origem a mais de 43 projetos de reforma agrária na região. Informações como esta foram reforçadas nas palavras do “padre” Renier Parrens – conhecido como Padre Renê o qual faz parte do MST, e assiste atualmente a 18 projetos de reforma agrária, que estão em andamento por toda a região oeste do estado de São Paulo.

Considerações

Desde o início da pesquisa, temos procurado desenvolvê-lo dentro daquilo que nos propomos, ou seja, tentar compreender o porque da luta pela terra, como também entender o que é fundamentalmente a Reforma Agrária, principalmente porque os sujeitos nela inseridos e muitas vezes submetidos ao sofrimento e exclusão por parte da sociedade, nunca desistem de seus sonhos, resistem e buscam por seu objetivo maior; o direito de poder produzir e residir numa terra a qual podem chamar de sua.

Em suma, queremos saber como esses posseiros, por meio de suas lutas, firmaram-se como sujeitos históricos. Para entendermos a questão da fazenda Primavera, além dos referenciais teóricos nacionais, estamos procurando entender também a história regional. O acervo do IAJES muito nos tem ajudado com sua vasta documentação, já que sua maior parte se encontra no Núcleo de documentação histórica “Honório de Souza Carneiro”, da UFMS/CPTL.

Também vem sendo estudadas cartilhas como a do ITESP e outras do IAJES que nos revelam muito do como se realizou o projeto dos anos de 1998 a 2000. Queremos entender junto aos referenciais teóricos, aos documentos e falas as formas de resistências estabelecidas pelos vários sujeitos inseridos em nossa temática.

A pesquisa tem procurado estabelecer esse constante diálogo entre a teoria, as fontes e a metodologia, pois entendemos que seguindo esses métodos nos aproximamos da compreensão desses sujeitos históricos, os posseiros da Fazenda Primavera.

Referências

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, Distinção e Territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo: Unesp, v.14, 1995.

_____. **Eu Quero Ser Uma Pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. Revista Resgate.** Campinas: Unicamp, n.05, 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária.** São Paulo: Editora Atica, 1991.

BORGES, M. C. **Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema:** um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito (1970-1980). 1996. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____. **De pobres da terra ao Movimento Sem Terra:** Práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP. Tese (Doutorado em História), 391 f. Universidade Estadual Paulista, Unesp, Assis.

BORGES, M. S. L. **Terra, ponto de partida, ponto de chegada:** um estudo de identidade do trabalhador rural na luta pela terra. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CASTRO OLIVEIRA, B. A. C. de. **Tempo de travessia, tempo de recriação:** profecia e trajetória camponesa. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COSTA, C. B. **Vozes da terra – Indaiá:** “O porto das esperanças”, 1980-1990. 1993. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

D’AQUINO, T. **A Casa, os Sítios e as Agrovilas:** uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão-SP, 22-24 de maio, 1996. (mimeografado)

D’INCAO, M. C. e ROY, G. **Nós cidadãos,** aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FERNANDES, B. M.. **Espacialização e Territorialização da luta pela terra:** a formação do MST no Estado de São Paulo. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, M. E. **A Reforma Agrária no discurso dos lavradores da fazenda Primavera.** 1985. Tese (Doutorado em Comunicações e Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERRANTE, V. L. B. Diretrizes políticas dos mediadores: Reflexão de pesquisa. In: MEDEIROS, L. S. et alii. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora Unesp, 1994.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores.** 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v.07).

MAGALHÃES, N. A. **Marcas da terra, marcas na terra: um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico.** Guarantã do Norte (MT) 1981-1990. 1996. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MALATIAN, T. A Circularidade do Discurso: perspectivas metodológicas da história oral. **Fontes Históricas: abordagens e métodos.** Programa de Pós-Graduação em História, Unesp/Assis, 1996.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra.** São Paulo : Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

_____. **Não há terras para plantar neste verão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MONTENEGRO, A. T. História Oral, Caminhos e Descaminhos. **Revista Brasileira de História.**

São Paulo: ANPUH, vol. 13, n.25/26, Set 92/Ago93.

MORAES SILVA, M. A. de. A terra no imaginário dos migrantes temporários. **História Oral**. São Paulo. Associação Brasileira de História Oral. n. 4, Junho de 2001.

NEVES, L. de A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, ABHO, n. 3, Junho de 2000.